

**A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DO LUGAR DA LIDERANÇA
FEMININA NA COMUNIDADE ABACATAL EM ANANINDEUA**

**LA EDUCACIÓN ÉTNICO-RACIAL DESDE EL LUGAR DEL LIDERAZGO
FEMENINO EN LA COMUNIDAD ABACATAL EN ANANINDEUA**

**ETHNIC-RACIAL EDUCATION BASED ON THE PLACE OF FEMALE LEADERSHIP
IN THE ABACATAL COMMUNITY IN ANANINDEUA**



Denilson Marques dos SANTOS¹
e-mail: dede_cecilia@yahoo.com.br



Sônia Cristina de Albuquerque VIEIRA²
e-mail: soniacristinav@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

SANTOS, Denilson Marques dos; VIEIRA, Sônia Cristina de Albuquerque. A educação étnico-racial a partir do lugar da liderança feminina na comunidade Abacatal em Ananindeua. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. 00, e025011, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25i00.20244



| Submetido em: 17/05/2025
| Revisões requeridas em: 01/09/2025
| Aprovado em: 07/10/2025
| Publicado em: 15/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbaux
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹ Mestre em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (PPGCR/UEPA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Docente Efetivo da Secretaria Executiva de Educação (SEDUC-PA) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Ananindeua/PA).

² Doutora e Mestra em Ciências Sociais na área de concentração em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduação em Licenciatura Plena em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente Efetivo da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPA).

RESUMO: Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da Educação Étnico-Racial, com enfoque de gênero, a partir da experiência da Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal (CRQA) no município de Ananindeua no Pará. Destacando o papel fundamental das mulheres quilombolas líderes e guardiãs dos saberes tradicionais, evidenciando sua atuação na luta antirracista e na construção da educação transformadora. A pesquisa objetiva o de promover a educação antirracista como forma de valorização da diversidade multicultural e no combate ao racismo e sexismo. Utilizando da revisão bibliográfica, o manuscrito baseia-se nas autoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Jussara Santana que em seus estudos estimulam o pensamento crítico e a valorização da cultura afro-brasileira como propõem a Lei 10.639/03 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Destarte, o estudo sinaliza para o reconhecimento das mulheres quilombolas como lideranças essenciais na construção de uma sociedade mais equânime.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Afro-brasileira. Diversidade Multicultural. Educação Étnico-Racial. Mulheres Quilombolas.

RESUMEN: Este trabajo propone una reflexión sobre la importancia de la Educación Étnico-Racial, con enfoque de género, a partir de la experiencia de la Comunidad Remanente Quilombola de Abacatal (CRQA) del municipio de Ananindeua, en Pará. Enfatiza el papel fundamental de las mujeres quilombolas como líderes y guardianas del conocimiento tradicional, destacando su papel en la lucha antirracista y en la construcción de una educación transformadora. La investigación pretende promover la educación antirracista como forma de valorar la diversidad multicultural y combatir el racismo y el sexismo. A partir de una revisión bibliográfica, el manuscrito se basa en las autoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro y Jussara Santana, cuyos estudios fomentan el pensamiento crítico y la valorización de la cultura afrobrasileña, como propone la Ley 10.639/03, que hizo obligatoria la enseñanza de la historia y la cultura africana y afrobrasileña. Así, el estudio señala el reconocimiento de las mujeres quilombolas como líderes esenciales en la construcción de una sociedad más equitativa.

PALABRAS CLAVE: Cultura Afrobrasileña. Diversidad Multicultural. Educación Étnico-Racial. Mujeres Quilombolas.

ABSTRACT: This paper proposes a reflection on the importance of Ethnic-Racial Education, with a gender focus, based on the experience of the Abacatal Quilombola Remnant Community (CRQA) in the municipality of Ananindeua in Pará. It emphasises the fundamental role of quilombola women as leaders and guardians of traditional knowledge, highlighting their role in the anti-racist struggle and in the construction of transformative education. The research aims to promote anti-racist education as a way of valuing multicultural diversity and combating racism and sexism. Using a bibliographical review, the manuscript is based on the authors Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro and Jussara Santana, whose studies encourage critical thinking and the valorisation of Afro-Brazilian culture, as proposed by Law 10.639/03, which made the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture compulsory. Thus, the study signals the recognition of quilombola women as essential leaders in building a more equitable society.

KEYWORDS: Afro-brazilian Culture. Multicultural Diversity. Ethnic-Racial Education. Quilombola Women.

Introdução

O presente artigo propõe-se a realizar uma discussão pautada na importância da Educação Étnico-Racial, tomando como recorte o papel das lideranças femininas da Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal (CRQA), localizado no Bairro do Aurá, no município de Ananindeua no Estado do Pará. A partir do contexto histórico contemporâneo, tomar suas experiências como exemplo de luta e resistência da mulher negra no lugar de construtoras dos saberes e para construir uma sequência didática voltada para a consolidação do currículo antirracista.

Nesse sentido, este trabalho apresenta uma proposta de sequência didática³ fundamentada na abordagem das temáticas de raça e gênero a ser trabalhada nas datas 08/03 — alusiva ao Dia Internacional das Mulheres, e 21/03 — alusiva ao Dia do Combate Contra a Discriminação Racial, objetivando reconhecer a luta das mulheres que atuam como líderes e agentes de transformação social em suas comunidades.

O intuito deste artigo também é evidenciar práticas educativas nas áreas da História, Ciências Sociais e da Religião, Artes e em outras disciplinas, mostrando como introduzir um conteúdo em sala de aula estruturado como proposta de currículo contracolonial⁴, a partir do protagonismo feminino negro atuando para a construção de uma sociedade mais inclusiva, plural e uma sala de aula livre do racismo e machismo.

Este artigo justifica-se pela necessidade de promover uma educação que reconheça e valorize as especificidades étnico-raciais e de gênero na construção de saberes para as(os) alunas(os) e na valorização de suas diversidades étnicas e raciais, bem como pela ênfase em grupos étnicos como os quilombolas. A problemática que norteia a elaboração da sequência didática questiona-se de que maneira a luta das mulheres da CRQA pode ser utilizada por

³ Este artigo foi idealizado por meio da disciplina obrigatória de mestrado “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas”, ministrada pela Professora Taissa Tavernard no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (PPGCR/UEPA). A partir das discussões nos encontros presenciais e das leituras realizadas para a referida disciplina, associadas às leituras de outros componentes curriculares, como: Etnologia Brasileira, Antropologia da Religião, Sociologia da Cultura e Gênero, Memória, Religião e Educação, assim como da experiência no Estágio de Docência Superior, elaboramos uma sequência didática que será apresentada e fundamentada ao longo deste artigo.

⁴A Contracolônização é uma proposta de pensar idealizada pelo escritor e pensador brasileiro Antônio Bispo dos Santos que consiste em estratégias de enfrentamento, desconstrução e resistência ao pensamento colonial. Objetiva reafirmar o valor e as identidades, saberes, modos de ser e estar no mundo dos povos tradicionais, de modo especial das comunidades quilombolas e indígenas. Contracolônizar na educação é construir novas narrativas, valorizar conteúdos e práticas culturais de todas as etnias que formaram a sociedade brasileira, secularmente invisibilizadas e silenciadas, tornando nossas escolas espaços de diálogo e troca. Contracolônizar seria, então, reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes africanas e indígenas (Santos, 2023, p. 17).

futuros (as) docentes a partir das práticas pedagógicas, que viabilizem combater a discriminação e promover a valorização da identidade étnico-racial? Destarte, este questionamento permite explorar as intersecções entre gênero, etnia e raça, demonstrando como a resistência feminina contribui para a construção de trajetórias educacionais transformadoras.

A metodologia adotada para a produção deste artigo consiste em uma abordagem teórica fundamentada em revisão bibliográfica e na criação de uma sequência didática desenvolvida com base em práticas pedagógicas e conteúdos tais como: o pensamento de Lélia Gonzalez (2020), Carolina Maria de Jesus (2000) e Sueli Carneiro (2011), por meio das histórias contadas, memórias, organização e lideranças da CRQA, a partir dos estudos de Jussara Santana (2011), entre outras fontes. Desse modo, a sequência didática aborda as questões étnico-racial pautadas na temática sobre gênero e raça, na perspectiva de lideranças femininas quilombolas, objetivando promover uma reflexão crítica e o engajamento dos (as) estudantes em temas relacionados à identidade, à resistência e à justiça social.

De certa forma, a discussão teórica como eixo metodológico possibilita o diálogo entre conceitos e práticas, intercalando a resistência de mulheres negras e líderes de um grupo étnico às ações educativas. Posto isso, ao integrar conteúdos históricos e contemporâneos, a pesquisa bibliográfica e a proposta didática enfatizam a importância de um currículo que valorize a diversidade e estimule a participação ativa dos alunos na construção de uma sociedade mais equânime como orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de 1997, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2004.

A pesquisa bibliográfica que possibilitou a elaboração da sequência didática e deste artigo, nos ajudou a compreender como as mulheres da CRQA articulam suas práticas de resistência e lideranças e como a partir disso mantém viva a cultura negra quilombola, combatendo a discriminação e construindo conhecimento, como também de promover formas de pensar um currículo escolar decolonial e alinhado à diversidade e à educação étnico-racial. Portanto, também é importante inserir mecanismos que contribuam para a desconstrução do pensamento preconceituoso e estereotipado em torno da mulher negra no lugar de subserviência, dor e subordinação ao homem, mas mostrando mulheres que lutaram e lutam na linha de frente enquanto líderes por uma sociedade justa e antirracista.

Liderança feminina no combate ao racismo pela educação

Estudar sobre a formação dos quilombos é antes de tudo reconhecer em sua profundidade, a potência e a importância da resistência negra no Brasil, do resgate das várias formas de resistir em uma sociedade racista, assim como da luta pela liberdade, dignidade e territorialidade. Para situarmos nosso trabalho, é de extrema importância trazer um pouco da história dos quilombos no Brasil e, especificamente, do Bairro do Aurá, no município de Ananindeua, Estado do Pará.

Os quilombos foram espaços organizados por africanos escravizados e seus descendentes que se recusaram a aceitar a desumanização imposta pelo sistema escravocrata no Brasil Colonial. Os espaços de organização quilombola expressam a luta pela sobrevivência e subsistência em um sistema que nunca saiu das amarras escravocratas, mesmo com a Lei Áurea em 1888. Nesse sentido, as comunidades quilombolas — sendo o Quilombo dos Palmares um dos mais conhecidos na história — existiram em todas as regiões do Brasil. Em Ananindeua, o CRQA representa um símbolo concreto da insurgência e de construção de modos próprios de vida fundados na solidariedade, na autonomia e na preservação de raízes culturais africanas, que teve a mulher como responsável pela manutenção e liderança dessa comunidade quilombola.

Dissertando ainda sobre a lógica das lideranças quilombolas, afirma Silva (2013), muito se fala sobre Dandara dos Palmares, porém poucos conhecem o grande papel desempenhado por ela e o seu papel no processo de resistência e luta contra a escravidão e na luta contra a exploração de corpos negros femininos. Segundo Gomes (2005), falar sobre Dandara é reconhecê-la como ícone do movimento quilombola, liderança e figura símbolo, inspiradora em torno do papel das mulheres negras na construção da luta pela desigualdade racial e nas múltiplas formas de se reinventar e educar sobre a história da formação do povo brasileiro que “desconhece a si mesmo” (Gomes, 2005, p. 25).

No caso específico de Ananindeua (PA), os quilombos destacam-se pela resistência racial e cultural, expressa nas histórias de lideranças comunitárias fortemente marcadas pela força feminina em diversos aspectos como: liderando, educando e mantendo vivas as suas tradições. Posto isso, levar a discussão da construção desses territórios para a sala de aula no mestrado é lançar uma luz sobre a interseção entre raça, gênero e luta social — discussão estas que contribuiriam para uma educação comprometida com a memória em prol da justiça histórica e do empoderamento das populações afrodescendentes. Além disso, é um rico conhecimento da

história local do município paraense, considerando que o estado do Pará possui cerca de 240 comunidades quilombolas reconhecidas.

A CRQA atualmente é constituída por sessenta e duas (62) famílias e está localizada no município de Ananindeua, que é circunvizinho à cidade de Belém do Pará. Essa comunidade vive em um território de seiscentos e quarenta e seis (646) hectares.

Figura 1 – Portão de acesso à CRQA (Aurá-Ananindeua/PA)



Fonte: Acervo dos autores (2024).

A história da formação dessa comunidade — assim como de outros quilombos — não possui uma tradição escrita pautada por registros oficiais, mas tem na oralidade o processo de ensinamento e transmissões das histórias do grupo.

A origem desta comunidade está ligada aos vários engenhos de cana-de-açúcar que existiram ao longo dos séculos XVIII e XIX nas proximidades de Belém, às margens de rios como o Guamá, Bujaru, Acará e Moju. O Engenho do Uribooca, do Conde Coma Mello, era uma destas propriedades e é nele que se inicia a história da Comunidade Quilombola do Abacatal. As terras da comunidade foram deixadas como herança pelo Conde Coma Mello para três de suas filhas: Maria do Ó Rosa de Moraes, Maria Filistina Barbosa, Maria Margarida Rodrigues da Costa. As “Três Marias”, como são chamadas, foram filhas de Coma Mello com sua escrava Olímpia (Castro; Marin, 2004, p. 35).

A memória dessa época está materializada no “Caminho das Pedras”, construído pelos escravos da antiga fazenda ligando o Igarapé Uriboquinha à casa do referido Conde.

Figura 2 – Caminho das Pedras na CRQA



Fonte: Acervo dos autores (2024).

A ideia de estabelecer um diálogo entre as Instituições de Ensinos Superiores (IES) com a referida CRQA em Projetos de Extensão, atende a uma prerrogativa de atenção ao conteúdo estabelecido para a Educação Básica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), viabilizando priorizar a valorização em torno da diversidade étnico-racial, como um dos princípios fundamentais para a formação cidadã, a promoção da equidade e o respeito mútuo. Esta diretriz está expressa diretamente nas competências gerais da BNCC de 2018, especialmente na Competência Específica nº 5, a saber: “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, 2018, p. 59).

Além disto, é importante ressaltar que a BNCC incorpora também de forma transversal temas como relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena, alinhando-se à Lei nº 10.639/2003 — ampliada para a Lei nº 11.645/2008 —, as quais tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas — proposta que já havia sido anteriormente contemplada na Lei de Diretrizes de Base LDB (Lei 93.94/1996) no seu Artigo 26 e estruturada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) de 1998. Portanto, além dos recortes de gênero e raça, é importante à demarcação de terras, que, no caso da CRQA, representa hoje menos de 15% daquela que possuíam por herança do Conde Coma Mello. Segundo Castro e Marin (2004), o legado do Conde foi de uma sesmaria equivalente a 2.100 hectares e a sua propriedade atual é de 308,199 hectares. Em 2003, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) abriu novo processo de regularização dessa área como forma de buscar alternativas para ampliar a área da referida comunidade quilombola no município de Ananindeua/PA.

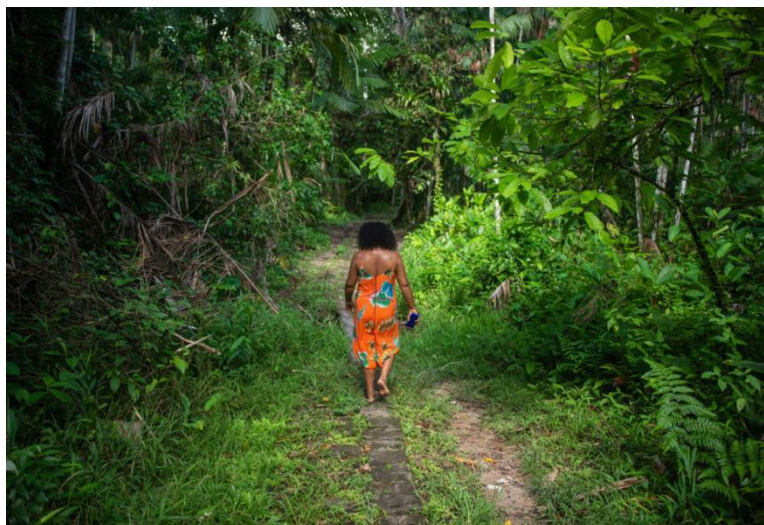
Na CRQA, o papel das mulheres nesse processo foi muito relevante. Conforme Santana (2011), é indispensável falar sobre essas mulheres na referida comunidade, devido à sua luta ao longo dos anos pelo direito do acesso à terra e à dignidade humana, como também contra a discriminação e as amarras do período escravocrata que nunca cessou de vitimá-los.

Com o fim da escravidão, este contingente populacional de mulheres e homens agora livres, mas então escravos das amarras de uma sociedade burguesa e racista, tinham como seu destino viver à margem da sociedade, violentados moralmente, fisicamente e emocionalmente. Não existia lugar para ser ocupado dentro desta estrutura social brasileira. Em busca de reparação decorrente da negligência do Estado Brasileiro ressurgiu ou emerge como afirmam Arruti (2005) e Ratts (2003), no cenário da nossa sociedade as comunidades remanescentes de quilombos, na procura de garantir seus direitos adquiridos na Constituição Federal Brasileira (Cidadã) de 1988. Estes, têm como principal objetivo a legitimação de suas terras. Estes grupos étnicos, formados por mulheres e homens, lutam por vida digna para si e para a coletividade, reivindicam garantias no cumprimento dos seus direitos adquiridos constitucionalmente (Santana, 2011, p. 31).

Destarte, é perceptível que quando se fala em luta contra um sistema excludente, racista, machista e misógino, é importante investir em uma educação feita por profissionais comprometidos com a quebra de paradigma dos aspectos anteriormente mencionados. Posto isso, o reconhecimento da CRQA, bem como de suas figuras femininas no lugar de resistência e na preservação da memória coletiva de seu povo, atua não apenas como o reforço do protagonismo dessas mulheres, como também enfatiza a luta por dignidade, justiça e equidade em uma sociedade racista e patriarcal.

Sobre as mulheres da Comunidade Quilombola do Abacatal, as pesquisadoras Edna Castro e Rosa Marin (2004) e Jussara Santana (2011), enfatizam em seus estudos que as mulheres quilombolas têm uma grande capacidade de se reinventarem. As autoras também enfatizam que em um contexto de abandono estatal e negação de direitos inalienáveis, estas mulheres reafirmam cotidianamente sua existência e identidade enquanto agentes sociais para a permanência e o fortalecimento de suas respectivas comunidades — neste caso, as quilombolas. Nesse sentido, educar também é enfatizar a importância desses atores sociais que inspiram todos os dias com sua força, determinação e resistência (Santana, 2011).

Figura 3 – Liderança Feminina da CRQA (Dona Socorro)⁵



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Educação Étnico-Racial e o combate ao racismo

O racismo fundamenta-se na ideia da superioridade e da hierarquia das raças, manifestando-se por práticas sociais inconscientes ou conscientes de negação, intolerância e desigualdade e injustiça social. Assim, o racismo é amplo e dinâmico na sociedade, se constituindo como uma forma sistemática de discriminação (Almeida, 2019). Pensar sobre o racismo, especificamente, na sociedade brasileira, é pensar em privilégios de pessoas sobre outras e desvantagens de raças que se tornam invisíveis por um sistema criado pelo próprio ser humano.

O que validou essa diferenciação pela cor, por características fenotípicas e culturais — danças, credos, culinárias, modos de vida — foram ideologias racistas, que serviram também como base para legitimar a exploração, subalternização e violência contra povos e nações. Essas mesmas ideias cheias de preconceito e prepotência, efetivamente, influenciaram a sociedade brasileira.

Uma das heranças da escravidão foi o racismo científico do século XIX, que dotou de suposta cientificidade a divisão da humanidade em raças e estabeleceu hierarquias entre elas, conferindo-lhes estatuto de superioridade naturais. Destas ideias decorreram e se reproduzem as conhecidas desigualdades sociais que vêm sendo amplamente divulgadas nos últimos anos no Brasil (Carneiro, 2011, p. 16).

⁵Optamos pelo uso de pseudônimos (codinomes) como forma de garantir o anonimato das pessoas que aparecem no trabalho.

Dessa forma, as desigualdades sociais presentes no país denunciam o sistema racista da sociedade brasileira. O racismo científico impactou profundamente várias sociedades: as teorias contribuíram para a marginalização de grupos e a perpetuação de injustiças e desigualdades até hoje existentes, considerando que a sociedade brasileira é constituída sobre bases racistas.

Todavia, no Brasil perdurou por muitas décadas uma concepção deturpada que nosso país tinha um povo harmônico racialmente. Essa concepção se deu por meio de ideologia que pretendia explicar a identidade brasileira — originada do país mestiço, com suas complexidades —, onde raças distintas conviviam com proximidade, negando o racismo. Como apontado por Lélia Gonzalez: “duas tendências ideológicas definem identidade negra na sociedade brasileira: por um lado a democracia racial e, por outro, a ideologia do branqueamento, resultando em um tipo duplo nó” (Gonzalez, 2020, p. 168).

A raça também está presente na estrutura de classe e no sistema de estratificação social, daí a importância de uma análise crítica versada sobre as relações étnicas raciais no pós-abolição e sua permanência se revela no racismo estrutural institucional no Brasil (Santos *et al.*, 2024, p. 49), culminando com a negação da população negra e indígena, que ainda hoje sofrem com processos de exclusão social e com a falta de valorização das suas culturas e identidades.

Figura 4 – Acesso negado a uma moradia digna na CRQA (Casa de Taipa)⁶



Fonte: Acervo dos autores (2024).

Temos uma realidade ideológica que “camufla” as desigualdades raciais e a exclusão da população negra e indígena, como também há dificuldades em compreender o país como lugar de pluralidades e diversidade cultural, reconhecendo isto em leis e políticas que promovam

⁶Estas moradias são feitas de uma mistura de barro, areia, água e materiais orgânicos, como palha ou fibras vegetais, compactados em moldes para criar blocos sólidos. Estas residências são vulneráveis a danos se expostas constantemente à água ou umidade excessiva.

mudanças no corpo social. Este problema de reconhecimento decorre da influência de concepções que tentam enquadrar a população em um único modelo dito como padrão.

Compreendendo o racismo existente no Brasil e alguns motivos de seu surgimento, devemos ressaltar os importantes avanços no combate ao racismo e das mudanças ocasionadas no país, principalmente na educação com a Lei 10.639/03 — que mais tarde ampliada pela Lei 11.645/08 — estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, como forma de reconhecer a diversidade e as diferenças sociocultural e religiosa existente em nosso país.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no primeiro parágrafo do artigo 26-A referente Lei 10.639/03, pontua que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003).

A Lei 10.639/03 representa grande conquista para a população negra do país e para o movimento negro brasileiro que seguiu e segue reivindicando seu lugar na sociedade — já que por muito tempo tiveram seus conhecimentos e contribuições para a construção do país esquecidos e excluídos por um severo processo de apagamento racista. A população negra sofreu não só o racismo, mas o epistemicídio — significando o apagamento de produções de conhecimentos e de práticas sociais (Carneiro, 2023).

A educação contribuiu por muito tempo com esse processo de epistemicídio através do seu currículo homogeneizador que desconsiderava a pluralidade cultural brasileira, ou seja, não havia o reconhecimento e a valorização dos diferentes grupos étnicos culturais e sua importância nacional no país.

Mulheres quilombolas: as questões de gênero e raça no currículo

Desde a promulgação da Lei 10.693/03, vem-se consolidando a ideia de que existe uma cultura uniforme que deve ser combatida dentro das escolas para que se coloque em prática o que a estabelece, buscando a construção de uma pedagogia decolonial⁷ voltada para questionar o conhecimento homogeneizador das escolas e valorizar práticas culturais e saberes — que ficaram à margem, principalmente ao tratar de mulheres como lideranças na construção da educação étnico-racial e no combate ao racismo —, e por tornar-se necessário explicar as desigualdades que persistem e as diferentes formas de ser mulher e de vivenciar a sociedade (Lugones, 2014).

Abordar a história das comunidades quilombolas na escola é proporcionar às(aos) alunas(os) o acesso à cultura e às tradições que mesmo passando por processos de exclusão e invisibilidade, seguem resistindo e mantendo viva a memória e preservação da cultura afro-brasileira (Santana, 2011). Com isso, como dito nas diretrizes da educação étnico-racial, colabora-se para compreender a sociedade brasileira como formada por diferentes grupos étnicos, que possuem culturas próprias, são valiosas e fazem parte do Brasil e da sua história.

Para colocar em prática essa proposta de currículo antirracista, elaboramos uma intervenção pedagógica voltada para o combate e a discriminação racial, discutindo a partir do lugar das lideranças femininas da CRQA sobre a importância da mulher dentro da comunidade, como agentes de transformação. Para tanto, escolhemos as datas 08 de março (Dia da Mulher) e 21 de março (Dia Internacional Contra a Discriminação Racial) para estruturarmos a intervenção pedagógica, objetivando uma avaliação crítica e reflexiva sobre a compreensão da discriminação presente na sociedade e das diversidades culturais do Brasil, com ênfase na Paraíba. Inclusive, estabelecer a relação entre as categorias gênero e raça de maneira ampla por entendermos que a sociedade brasileira é estruturada pelo racismo e sexismo (Carneiro, 2011).

Assim, na sequência didática que planejamos, pretendemos que as(os) alunas(os) consigam compreender como as mulheres quilombolas articulam suas práticas de resistência e expressam em suas lideranças; como a partir da sua organização, essas mulheres mantêm viva a cultura negra quilombola, combatendo a discriminação e construindo conhecimento.

A sequência didática foi estruturada em quatro (4) encontros com cerca de quarenta e cinco (45) minutos para alunos (as) do Ensino Fundamental II (Anos Finais), que podem ser

⁷A Pedagogia Decolonial refere-se às teorias-práticas de formação humana que capacitam os grupos subalternos para a luta contra a lógica opressiva da modernidade (colonialidade), tendo como horizonte a formação de um ser humano e de uma sociedade livre, justa, equânime e solidária (Mota Neto, 2016, p. 318).

aplicados em disciplinas como Sociologia, História, Ciências da Religião, Filosofia e entre outras.

A metodologia foi desenvolvida em encontros centrados em exposições dialogadas, debates e rodas de conversa, e por meio também de material impresso e reportagem onde foram apresentadas as características culturais da comunidade quilombola pesquisada. Como parte da sequência, foi agendada uma aula de campo na CRQA para que os estudantes vissem de perto a realidade. As metodologias ativas utilizadas foram: sala de aula invertida, estudo de caso e aprendizagem baseada em projetos de intervenção.

O primeiro encontro com a temática “Quilombola e Cultura” objetivou então explorar a cultura quilombola a partir da comunidade pesquisada. Iniciou-se com a entrega de imagens da CRQA aos alunos dos 9º anos — figuras que retratam práticas e elementos culturais da comunidade não identificada para que através das imagens os(as) alunos(as) pudessem responder a três perguntas: “Quais elementos culturais conseguem identificar?”, “O que mais chamou atenção nas imagens?” e “De onde eles acham que são aquelas pessoas e elementos?”. Com esses questionamentos, buscamos assim entender a compreensão dos(as) alunos(as) acerca da temática, o acesso que eles têm à cultura afro-brasileira e o reconhecimento desses lugares como parte do seu município.

Após apresentarmos para os alunos de onde são as imagens e quem são aquelas pessoas — a partir da discussão de Santana (2011) sobre a CRQA —, mostrando as histórias que abordam o surgimento da comunidade, práticas daquele povo e discutir sobre as desigualdades sociais existentes no Quilombo. Finalizamos a aula perguntando se os alunos já tiveram contato com alguma comunidade quilombola e se tem interesse em conhecer comunidade desse tipo. Estas indagações são necessárias para que o conhecimento seja construído junto com às experiências e vivências dos alunos a respeito da temática abordada.

No segundo encontro com a temática “Resistência e luta contra a discriminação racial no quilombo”, objetivamos discutir as práticas culturais e a luta contra a discriminação racial. A partir disso, pretendeu-se em sala de aula trabalhar com o material audiovisual uma reportagem sobre a CRQA. A metodologia utilizada nesse encontro foi o Estudo de Caso após assistirem a um vídeo sobre discriminação racial. Foi formada uma roda de conversa e os discentes puderam responder às seguintes perguntas feitas pelos mediadores: “*Quais problemáticas sociais conseguiram identificar no vídeo assistido?*”; a partir do vídeo, outras perguntas foram propostas, como: “*O que entenderam sobre quilombos?*”, “*O que é ser quilombola?*” e “*Quais estratégias de resistência foram utilizadas pelos quilombolas no*

combate ao racismo?”. Após breve discussão com base nos estudos de Sílvia Almeida (2019), realizamos uma reflexão crítica sobre a temática, a discriminação racial e os tipos de discriminação. Com seus conhecimentos alicerçados sobre a realidade vivida pelos moradores da CRQA e considerando o que é a discriminação racial, os estudantes tiveram uma melhor compreensão da realidade social e do racismo presente no país, como também das diferenças que compõem a identidade sociocultural brasileira.

No terceiro encontro, a discussão gerada foi sobre a liderança feminina na CRQA, o papel das mulheres na construção do conhecimento dentro dessa comunidade e a educação étnico-racial como forma de combate à discriminação. O objetivo proposto nesse encontro foi mostrar como a participação feminina quilombola se alicerça como articuladora do conhecimento no combate à discriminação racial no Brasil. Buscou-se pontuar as esferas sociais que as mulheres atuam relacionadas ao trabalho, política, tradições, dança e outros aspectos socioculturais, a partir dos quais essas mulheres seguem resistindo e sendo protagonistas, mantendo a cultura e memória quilombola e afro-brasileira vivas.

Quando tratamos sobre a importância das mulheres nesse processo cultural, não desconsideramos a presença masculina que também se posiciona e participa nessas diferentes esferas, mas ressaltamos o protagonismo das mulheres quilombolas que participam com mais efetividade e engajamento (Santana, 2011); na CRQA, fica evidente que as mulheres mantêm viva a memória e cultura quilombola. Com essa compreensão sobre a liderança feminina, foi sugerido então que a turma fosse dividida em cinco (5) grupos para que eles trabalhassem os aspectos abordados nessa aula.

Assim, os discentes puderam apresentar textos, poesias, vídeos ou desenhos que simbolizavam práticas culturais e participação feminina em quilombos brasileiros. Como referências bibliográficas, foram utilizadas as seguintes autoras: González (2020), Santana (2011), Carneiro (2011), Castro e Marin (2004), que tratam as questões das mulheres quilombolas.

Como desfecho, o quarto encontro foi destinado à fixação da aprendizagem. Saindo do convencional, propôs-se para os alunos uma aula de campo na CRQA para explorar o cotidiano dessa comunidade quilombola além do material didático tradicional. Nesse sentido, os docentes de História, Sociologia, Filosofia e de outras disciplinas, podem se articular no processo de ida para essas comunidades conjuntamente com seus discentes, proporcionando a eles uma aula interativa, vivenciada dentro da comunidade quilombola escolhida. Dessa forma, os alunos puderam fazer suas entrevistas, desenvolvendo seu caráter de pesquisadores, fazendo o diário

de campo, coletando os registros fotográficos e realizando uma exposição na escola em forma de uma culminância, nos dias 08 e 21 de março — respectivamente, Dia da Mulher e Dia Internacional de luta contra a discriminação racial.

No espaço da CRQA, as práticas pedagógicas desenvolvidas ultrapassaram os limites da sala de aula tradicional, articulando saberes escolares aos conhecimentos comunitários e ancestrais. As rodas de conversa sobre oralidade e memória, bem como projetos de leitura e escrita vinculados à história local, foram instrumentos metodológicos que possibilitaram o diálogo entre estudantes e os temas étnico-raciais e de gênero. Essas atividades promoveram um ambiente de aprendizagem participativo e coletivo, no qual os educandos puderam refletir criticamente sobre suas próprias identidades e reconhecer o protagonismo das mulheres quilombolas como guardiãs dos saberes tradicionais.

A inserção de práticas educativas fundamentadas na Lei 10.639/03 e as contribuições teóricas de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro com as obras lidas e discutidas: “*Por um feminismo afro-latino-americano*” — publicada pela Editora Jorge Zahar (RJ), em 2020 — e “*A Cor do Preconceito*” — publicada pela Editora Ática (SP), em 2006 —, que propiciaram o conhecimento das autoras pelos discentes e a construção de uma educação antirracista, crítica e libertadora na CRQA.

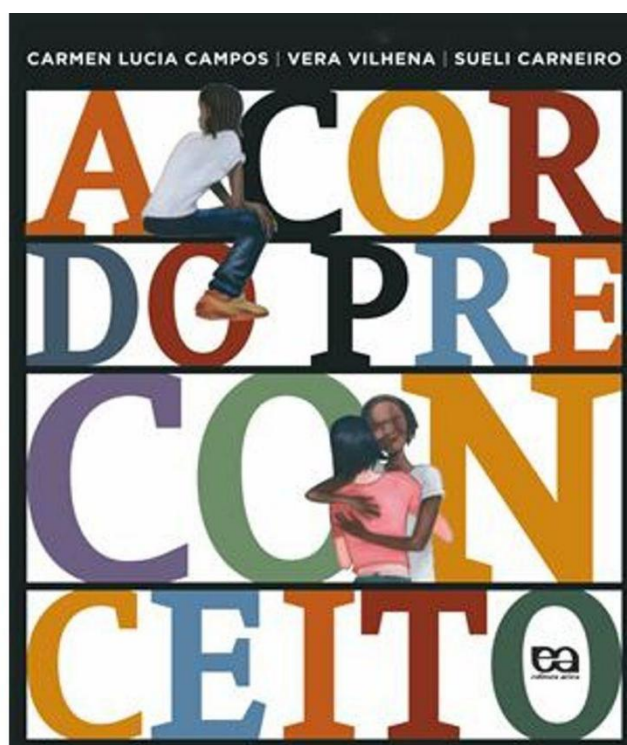
Após a roda de conversa os estudantes demonstraram maior valorização da cultura afro-brasileira, desenvolvendo uma consciência social pautada na equidade e no respeito à diversidade. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem consolidou-se como prática transformadora, capaz de integrar dimensões cognitivas, afetivas e sociais no percurso formativo dos educandos.

Figura 5 – Capa do livro *Por um feminismo afro-latino-americano*



Fonte: Gonzalez (2020).

Figura 6 – Capa do livro *A Cor do Preconceito*



Fonte: Carneiro (2006).

A recepção dos alunos às atividades propostas mostrou-se positiva, marcada por elevado engajamento e curiosidade. A apresentação de figuras intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro suscitou debates sobre identidade, pertencimento e protagonismo feminino, gerando questionamentos sobre o lugar do negro e da mulher negra na sociedade brasileira. Os estudantes demonstraram maior interesse pela história de sua própria comunidade e passaram a valorizar os saberes transmitidos pelas mulheres quilombolas como fonte de conhecimento legítimo.

Entre os impactos observados destacam-se: fortalecimento da autoestima, desenvolvimento do pensamento crítico e construção de uma consciência social voltada para a equidade racial e de gênero. Tais resultados evidenciam que a intervenção pedagógica possibilitou um processo de ensino-aprendizagem transformador, no qual a escola e a comunidade dialogam na formação cidadã e no combate ao racismo e ao sexismo na contemporaneidade.

Considerações Finais

O presente estudo evidenciou a relevância da Educação para as Relações Étnico-Racial (ERER) com enfoque de gênero, como prática pedagógica transformadora no contexto da Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal (CRQA). As experiências vivenciadas no decorrer da intervenção pedagógica mostraram que a articulação entre saberes escolares e conhecimentos tradicionais fortalece o protagonismo das mulheres quilombolas, que se afirmam como guardiãs da memória coletiva, mediadoras culturais e referências na luta antirracista.

Os resultados apontaram que os estudantes responderam de forma positiva às atividades propostas, participando ativamente de rodas de conversa, oficinas e debates. Houve avanços perceptíveis no desenvolvimento do pensamento crítico, na valorização da cultura afro-brasileira e na compreensão do papel histórico das mulheres negras. A apresentação de intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro permitiu a aproximação dos educandos com autoras ainda não conhecidas e fundamentais para a educação antirracista, despertando neles alguns questionamentos nas rodas de conversa sobre cultura, identidade, pertencimento e equidade de gênero.

Destarte, conclui-se que a experiência pedagógica realizada na CRQA reafirma a importância das Leis n.º 10.639/03 e a n.º 11.645/2008, que sinalizam para a urgência de

práticas educativas que contemplem a diversidade cultural brasileira. Reconhecer as mulheres quilombolas como lideranças educacionais e políticas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais equânime, antirracista e inclusiva.

Ao mesmo tempo, a análise da recepção dos estudantes mostra que processos de ensino-aprendizagem baseados no diálogo entre escola e comunidade podem transformar o espaço educativo em terreno fértil para a cidadania crítica, a memória coletiva na perspectiva de descolonizar alguns saberes e construir de forma justa a transformação sociocultural que tanto o Brasil almeja na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília (DF): MEC, 2018. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2023.
- CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASTRO, E.; MARIN, R. **No caminho de pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA; UFPA, 2004.
- GOMES, N. L. **Educação e identidade negra**: saberes construídos na experiência de mulheres negras. Minas Gerais: Autêntica, 2005.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOLLANDA, H. B. Por um feminismo Afro-latino Americano. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- JESUS, C. M. **Quarto de despejo**. São Paulo: Ática, 2000.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqnzb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- MOTA NETO, J. C. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina**: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. Curitiba: CRV, 2016.
- SANTANA, J. M. S. **Territorialidade quilombola**: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- SANTOS, A. B. Somos da terra. In: CARNEVALLI, F. *et al.* (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu, 2023.
- SANTOS, D. M.; SANTOS, D. M. R.; VIEIRA, S. C. A. Zélia Amador de Deus: seus entraves nos caminhos trilhados na luta antirracista. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 7, n. 2, p. 41-53, 2024. DOI: 10.29327/269579.7.2-5. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/7261>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SILVA, M. A. A Casa de Taipa no litoral sul de Alagoas: registros escritos e visuais. **DigitAR**, n. 1, 2012. DOI: 10.14195/2182-844X_1_10. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/digitar/article/view/_1_10. Acesso em: 15 dez. 2025.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará (PPGCR/UEPA) que nos oportunizou realizar esta pesquisa e as sessenta e duas (62) famílias assentadas na Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal (CRQA) no Bairro do Aurá no município de Ananindeua/PA, nossa eterna gratidão.
 - ☐ **Financiamento:** Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Ananindeua/PA).
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** Respeitou e passou pelo Comitê de Ética, sendo aprovado na Plataforma Brasil após receber parecer favorável (nº 120.319/6725), pois estava de acordo com as normas da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a pesquisa com Seres Humanos no Brasil.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados citados estão disponíveis em livros e artigos citados pelos autores no “*corpus*” do manuscrito.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Este artigo contou com a contribuição do estudante de Letras (Ênfase em Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Daniel Marques Rodrigues dos Santos. Sua atuação se deu durante a concepção e delineamento do estudo, além de participar da análise do levantamento bibliográfico, da temática pesquisada, colaborando na discussão dos resultados e da redação inicial da “Introdução” e das “Considerações Finais” do referido manuscrito.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação

Revisão, formatação, normalização e tradução

